

Jornal da Adufrgs

nº 33

O supermercado

do saber

Sem nenhum tipo de regulamentação, o MEC tenta implementar cursos seqüenciais de nível superior por campos de saber para alunos recém-saídos do Ensino Médio. Críticos dizem que a medida pode transformar em consumidores os candidatos a uma vaga na Universidade.

Páginas 6 e 7

Pág. 3

Megacorporações

Gigantismo empresarial é o bordão predileto dos novos gurus de reengenharia de empresas

Pág. 4

Horizonte docente

Ser sindicalista sem perder as especificidades da academia é o dilema dos professores universitários

Como uma religiosa ortodoxa, Maria da Conceição Tavares só vê uma saída para o Brasil não ser tragado pelas próximas crises mundiais: resistir ao que ela chama de "mercado de piranhas". Afugentar o capital especulativo e apostar na poupança interna é a receita presente em todos os sermões desta portuguesa endiabrada, que pregou ao Adverso no dia em que a Rússia declarou-se falida.

Fabrícia Osanai



Manipulação eletrônica sobre foto de Fabrícia Osanai





Gilmar Fraga

Sobre o entusiasmo e a rigidez

Nossa entidade co-patrocinou uma palestra da professora Maria da Conceição Tavares no dia 21 de agosto.

A professora mostrou, entre tantas outras coisas, que a competência e o rigor podem coexistir com entusiasmo, indignação e emoção, ao contrário de tantos outros no meio acadêmico para os quais o tom do discurso científico é necessariamente discreto e sóbrio.

Não menos importantes são as colocações da nossa professora. Na contramão da maioria dos economistas, alguns pretensamente de esquerda, ela não faz críticas tópicas ao modelo econômico vigente, do tipo de ajuste de câmbio, etc. etc. Ela o critica globalmente e mostra, com muita clareza, que os seus elementos básicos, ou seja, abertura comercial indiscriminada, flexibilização dos mercados, livre movimentação dos capitais e ancoragem no câmbio, estão encadeados de tal forma que produz, por um lado, a exposição de nossa economia a instabilidade internacional e, por outro, nos deixa enredados na armadilha do baixo crescimento, com todas as suas mazelas de desemprego e exclusões.

**AD
VERSO**
Publicação
quinzenal
Impresso em
papel Ecograph
Tiragem :
4.500 exemplares

Edição: Silviano Mariani
Reportagem: James Götgen
Estagiária: Fabrícia Osanai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Bem ao contrário do que querem fazer crer os prepostos da política econômica nacional e a mídia em geral, os reflexos desta crise internacional, da forma como se manifestam no Brasil, não são resultado de uma inevitável lei divina mas, sim, fruto de uma opção política.

A professora Maria da Conceição Tavares – assim como nosso colega, o professor Fernando Ferrari, que será entrevistado na próxima edição do *Adverso* – tem mostrado, entre outras coisas, a revigoração da universidade como polo crítico e de busca de alternativas para nossa sociedade. Aliás, um dos seus principais papéis.

É ainda interessante assinalar que neste mês o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, teve que engolir uma série de afirmações insultuosas que fez sobre a universidade federal no momento que anunciou o resultado da avaliação da Capes sobre os cursos de pós-graduação.

Este quadro, o revigoramento crítico, a avaliação da Capes e o nosso vigoroso movimento grevista são elementos que só nos encorajam na luta em defesa da universidade pública, gratuita e democrática.

Diretoria
Presidente: Carlos Schmidt; Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducauti; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Desconto em folha

Todos os professores da Ufrgs, sócios e não-sócios, terão um desconto em seus contracheques, provavelmente no mês de outubro ou novembro. O desconto incidirá somente sobre o valor da GED (Gratificação por Atividade Docente), obtida com a greve realizada neste ano. A decisão de efetuar o desconto é da Assembléia dos Docentes, realizada no dia 20. Para os sócios, haverá um desconto de 1% sobre a GED. Para os não associados à Adufrgs, o desconto será de 5% sobre a gratificação. A Assembléia aprovou o desconto para resarcir o Fundo de Greve da Adufrgs, utilizado nos períodos de paralisação das atividades. Os professores, em assembléia, decidiram ainda que os não associados, que não quiserem sofrer o desconto, devem comparecer à sede da Adufrgs para assinar um documento solicitando o não-desconto.



Fórum de C&T

Representantes de entidades científicas, profissionais, sindicais e da administração da Ufrgs estiveram reunidos na sede da Adufrgs no último dia 27. Na pauta do encontro estava a definição de metas para a criação do Fórum de Ciência e Tecnologia, que deverá acontecer em outubro. Os participantes decidiram marcar nova reunião para o dia 17 de setembro, às 14 horas, no mesmo local, para a definição dos conselhos Consultivo e Executivo. Os conselheiros irão traçar políticas e estratégias de ação para o Fórum, que reunirá diversos segmentos da sociedade.

Pós na USP

Uma resolução aprovada pela universidade reduz de 13 para dez o número máximo de alunos por professor. Os docentes que têm mais de dez orientandos não poderão receber novos alunos até atingirem a meta. Se um professor que tem mais de dez orientandos quiser orientar outros, terá que encaminhar um pedido à Câmara de Avaliação.

Fatos e medos I

O Conselho Americano sobre Ciência e Saúde, formado por mais de 200 cientistas dos Estados Unidos, lançou, recentemente, um relatório com os 20 maiores medos causados por pesquisas mal fundamentadas ou por desconfianças do cidadão comum. Sob o título *Facts and Fears* (Fatos e Medos), o relatório comenta pesquisas que fizeram norte-americanos jogar no lixo quilos de maçãs, deixar de beber café, diminuir o uso de celulares e fornos de microondas, parar de usar adoçantes e suspender o sal, entre outras atitudes, movidas pelo temor ao câncer.

Fatos e medos II

Os temores sobre o celular começaram em 1990, quando uma mulher, nos EUA, morreu por causa de um tumor atrás da orelha direita, o mesmo lado onde ela utilizava o aparelho. O marido processou o fabricante e ganhou destaque na mídia. Mas nenhum estudo, até o momento, comprovou que o celular cause danos à saúde. A história das maçãs iniciou em 1989 com a tese de que uma substância chamada Alar, que deixava as frutas mais bonitas, provocava câncer em crianças. Os testes comprovaram que a Alar só era prejudicial a animais e em grandes quantidades. Sobre o café, um estudo de 1981 concluía que duas xícaras diárias dobravam as chances de ter câncer no pâncreas. Foi comprovado depois que as pessoas integrantes da pesquisa também ingeriam álcool. Para os cientistas, a tese de que o câncer se tornou o mal dos tempos modernos não passa de um mito, reforçado pelo sensacionalismo da mídia e pela ignorância da maior parte da população.

A era das megacorporações

Silvano Mariani

Small is beautiful foi o bordão predileto dos gurus da administração nos anos 80. Empresas pequenas eram vistas como ágeis, menos burocráticas e com melhores condições de se aproximar dos clientes. Pelas teorias então em vigor, as grandes empresas eram tachadas de antiquadas e semelhantes aos grandes combinados do Leste Europeu ameaçados de morte.

Agora, o refrão é outro: *bigger is better*. A nova moda da reengenharia de empresas, chamada de "fusomania" pelo *Wall Street Journal*, consiste numa onda de fusões jamais ocorrida no universo empresarial. O objetivo não é diferente do pretendido pelo modelo anterior: aumentar o faturamento e os lucros.

Esse movimento de gigantismo empresarial é liderado pelos Estados Unidos e Europa, criando conglomerados de empresas nas áreas de telefonia, automobilística, farmacêutica, de computadores e de serviços. A força econômica dos novos conglomerados chega a ser muitas vezes maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) de muitas nações, inclusive europeias, e o poder de seus administradores iguala-se ao de chefes de Estado. Como consequência, a atual onda de concentração tem modificado, de forma decisiva, a cultura empresarial, tornando-se, para muitos, nos "alicerce de um capitalismo global" em face da voracidade com que companhias compram ou se associam a outras empresas.

O gigantismo empresarial tem apresentado números igualmente grandiosos. Nos últimos meses, fusões ocorridas em várias áreas da economia abalaram o mundo pelo volume de recursos envolvidos. No setor bancário, Citicorp e Travelers (US\$ 72,6 bilhões, mais do que o triplo obtido pelo governo brasileiro com a privatização de todo o Sistema Telebrás) e BankAmerica e NationsBank (US\$ 60 bilhões). Na área de telecomunicações, SBC e Ameritech (US\$ 60 bilhões) e a MCI com a WorldCom (US\$ 43,4 bilhões). No setor petrolífero, a British Petroleum com a Amoco (US\$ 48 bilhões). Na área automobilística, Chrysler com Daimler-Benz (US\$ 35 milhões).

As explicações para a onda de fusões gigantescas são variadas. Uma delas é a queda nas taxas de juros no mercado internacional, o que ocasionaria a migração de capital para compras de empresas ou para especulação financeira em países com taxas de juros mais atraentes.

Outro fator, de acordo com os analistas, diz respeito ao aumento da oferta de empresas à venda através de privatizações. O jornal francês *Le Monde Diplomatique* avalia que, entre 1990 e 1997, os governos de todo o mundo venderam um patrimônio estatal estimado em US\$ 513 bilhões. O terceiro fator de influência seria a imensa quantidade de capital financeiro disponível no mundo. O aumento da poupança mundial injeta mais dinheiro nas empresas e estas, mais capitalizadas, são capazes de maiores investimentos.



Gilmar Fraga

corporações, onde impera o pensamento concorrencial, a aspiração do lucro e a religião da eficiência. Grandes corporações de seguros ou financeiras com atuação mundial, por exemplo, não se sentem mais ligadas a nenhuma cidade ou estado federativo e nem mesmo a seus países de origem. Os governos nacionais não têm força para acompanhar o processo que se abate como um tufo sobre fábricas e órgãos administrativos. Em resumo, a tendência verificada é que as novas grandes corporações operam segundo regras próprias e forçam as normas nacionais e internacionais – regras comerciais, leis trabalhistas, mecanismos de proteção social –, que são moldadas pelas companhias mais poderosas.

Resultado

A globalização da economia nada mais significa do que empresas disputando mercados em todos as partes do mundo. Num primeiro momento, a globalização da economia tende a ser vantajosa para os consumidores porque os setores ganham novos concorrentes e os preços caem. O passo seguinte acontece com as fusões de empresas. Com o domínio do mercado por poucos grupos, até o direito de escolha pode ficar comprometido. Se alguém pensar em informática, terá que lembrar de Microsoft e Intel. Se uma companhia tiver interesse na aviação civil de grande porte, terá que recorrer hoje a dois fabricantes: o europeu Airbus ou o grupo norte-americano Boeing-MacDonald Douglas.

Na teoria, as megafusões resultariam em melhores serviços e produtos a preços mais atraentes aos consumidores. Na prática, o gigantismo empresarial tem resultado na formação de oligopólios (concentração do mercado nas mãos de poucas empresas). Exemplos recentes estão nas áreas de consultoria e auditoria.

Das seis gigantes mundiais do setor, agora só restam quatro. A Price Waterhouse se fundiu com a Coopers & Lybrand, criando uma empresa com faturamento anual de US\$ 13 bilhões, 135 mil funcionários e 8.500 sócios em todo o mundo. A KPMG se fundiu com a Ernst & Young, dando origem à maior empresa de consultoria e auditoria do mundo. Diante de movimentos dessa magnitude, os esforços para limitar a concentração de poder, como o processo movido pelo Departamento de Justiça e 20 estados dos EUA contra a Microsoft, parecem risíveis.

De acordo com analistas, fusões e incorporações são as formas encontradas pelas corporações para possuir uma infra-estrutura global que permita operar nos mercados internacionais. Mostram uma faceta do processo de globalização onde é necessário ter extraordinária capacidade financeira e especialização. Quanto mais se juntam, as empresas operam com rendimentos em maiores escalas. Isso resulta em redução de custos operativos, melhora na capacidade de gestão e maiores recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Sem falar das possibilidades de acesso ao mercado financeiro na círanda das bolsas de valores. Nesse aspecto, os últimos meses têm sido pródigos em demonstrar os efeitos de grandes conglomerados na economia internacional.

A eficiência e o lucro

Se há controvérsias nas explicações para a onda de megafusões, com relação aos objetivos do processo, não há dúvida alguma. Nascidos a partir de velhas empresas, os conglomerados passaram a atuar sobre critérios de eficiência. Primeiro, procura-se modificar o trabalho da equipe e, depois, o ambiente dos países em que exercem atividades. As regras coletivas – prescrição de proteção ao trabalho, feriados, acordos trabalhistas – são postos de lado se incomodarem a nova ordem. A administração clama por mercados liberalizados e exige compromissos de trabalho firmados individualmente. Nesse caso, sindicatos, políticos, executivos e empregados estão ainda desamparados em relação a este novo fenômeno. No plano sindical, as conquistas de trabalhadores são apresentadas como custo adicional que precisa ser eliminado ("custo Brasil", por exemplo).

E os governos? A experiência tem revelado o surgimento de poderes próprios de Estado no interior das

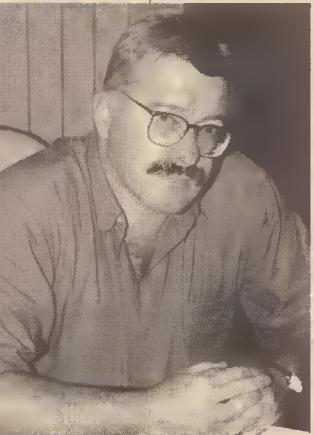
DUPLA FACE

Deve o professor universitário assumir as especificidades da academia em suas reivindicações ou associar-se à luta geral dos trabalhadores sindicalizados?

Carlos Schmidt / Presidente da Adufrgs

Reforçar nossa identidade de professor

Fabrícia Osanai



O sindicalismo docente que pretendemos é aquele que está ao nosso alcance e galvaniza uma parte significativa dos professores e não apenas alguns iniciados que se dispõem a voltar-se quase que exclusivamente à atividade sindical, consumindo-se num debate interno recorrente que se fixa mais nas diferenças e questões próprias da organização sindical do que no tema da Universidade.

Enquanto alguns pensam que o importante é criarmos uma identidade de trabalhador, e neste sentido pela nossa capacidade de mobilização nos constituir em "aríete da luta conjunta da classe trabalhadora contra o neoliberalismo", nós pensamos em reforçar a nossa identidade de professor universitário e a partir daí estabelecermos as relações com os demais setores oprimidos.

Esta relação parte da compreensão de que o desmonte do Estado praticado pelo neoliberalismo não se dá em abstrato mas, sim, concre-

tamente no enfraquecimento de cada setor que tem importância específica para a sociedade. Por isso, é necessário resgatar o que fazemos e o que poderíamos fazer para a sociedade, se a Universidade recebesse a atenção que lhe é devida. Assim, é importante que a sociedade saiba que sem a pesquisa, a extensão e o ensino da Universidade Pública, ela perde a possibilidade de resolver importantes problemas que lhe afligem, que se torna dependente de soluções, muitas vezes impróprias, adquiridas a alto custo no exterior.

Este tipo de enfoque foi priorizado, pelo menos por nós aqui na Ufrgs, quando do movimento grevista, e encontramos por isso respaldo na sociedade.

Esta defesa que fazemos da Universidade Pública não prescinde da nossa participação de movimentos gerais da sociedade e dos trabalhadores, como foi o caso, no passado, quando da redemocratização e do presente contra a ex-

clusão promovida pelo atual governo.

No entanto, nossa participação nas questões referidas deve se dar, além da articulação com o movimento social, através do nosso trabalho acadêmico, buscando fazer a crítica aos diversos aspectos deste modelo excluente, assim como apresentando alternativas que tenham como pressuposto os valores éticos de solidariedade que são os nossos.

Assim, o nosso sindicato deve, além de se articular com o conjunto dos trabalhadores, procurar auxiliar na repercussão do trabalho acadêmico antes referido e garantir as condições para que ele se realize.

Garantir tais condições significa a nossa luta em defesa da Universidade Pública, isto é, uma luta que se dá não por motivos corporativos, mas porque acreditamos que a Universidade tem seu papel tanto na transformação da sociedade atual como na construção de uma sociedade solidária.

Fernando Pires / Ex-vice-presidente da Andes/SN

O futuro do movimento docente

Fabrícia Osanai

"Os homens alcançam a razão dos obstáculos na medida em que sua ação é impedita"
Paulo Freire – Educação e Mudança

A colocação do tema – o futuro do Movimento Docente (MD) – como objeto de reflexão, como pautou o **Adverso**, decorre possivelmente da apreensão de um sentimento, hoje mais agudo na categoria, de dificuldades à ação do MD, de preocupação com a preservação de sua existência e de seus rumos, ou mesmo de enfrentamento a incertezas que se levantam em relação à forma como se organiza e atua.

O contexto de mudanças que se propõem e que já vem ocorrendo em função das políticas de cunho neoliberal, que dominam a conjuntura mundial e em particular a de nossa sociedade globalizada e subalternada, com evidentes determinações no campo da educação, assim como a recente greve dos docentes das Ifes, em enfrentamento à problemática que daí emerge, com seus resultados e nas condições que cercaram seu desenvolvimento e epílogo, certamente são condições que dão relevo ao tema.

Nestas circunstâncias, justifica-se a perspectiva de discussão. Colocá-la em um plano elevado que supere os limites de subjetividades ou personalismos é o desafio que precisa ser assumido por todos nós. Todavia, é também necessário que tal cuidado não dê margem a que se fuja do enfrentamento de determinadas questões que, atendendo a pragmatismos ou meros corporativismos, tendem a reduzir sua verdadeira dimensão e significado. É importante ter presente que a possibilidade de tais tendências prevalecerem, ainda que, felizmente, atendam a segmentos cada vez minoritários de nossa categoria, não pode ser descartada, na medida em que associa-se a tentativas nunca descartadas de levar o MD a afastar-se da caminhada histórica que encetou na construção de um sindicalismo classista, combativo, demo-

crático e autônomo que pautou a origem da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), em 1981, e sua transformação em sindicato – o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), em 1989.

Certamente não é o retorno ao status de Associação que se almeja para organização do MD, não é a perspectiva de reduzi-lo a um espaço de articulação apenas dos docentes das Ifes; muito menos se espera que seja intenção dar a nossa atual forma organizativa – de sindicato que se constrói pela base, por local de trabalho, autônomo em relação ao Estado e às instâncias institucionais das IES, partidos políticos e credos religiosos, outra formatação, outro modelo. Sem dúvida, a preservação de um MD organizado nacionalmente, abrangendo todos os docentes, independente das diferenças de vínculo institucional aos setores públicos e privados, é princípio que precisa ser preservado. Mais que isso, é meta a ser conquistada. Também é meta o respeito à democracia interna com crescente valorização de suas instâncias deliberativas de base, tanto no plano local (conselho de representantes, assembleias gerais) quanto nacional (Conads e Congressos), que devem referenciar-se nos dispositivos legais (regimentos e estatuto) que formalizam a existência do Sindicato.

Impõem-se, ainda, como elemento essencial de preservação dessa horizontalidade de organização do MD, a compreensão e a prática de exercícios de direção, tanto em âmbito nacional como local, nos estritos limites de seus caracteres executivos, dando curso às decisões que são definidas pelo conjunto da categoria. Neste mesmo sentido, coloca-se a defesa da autonomia de suas instâncias de organização de base – as seções sindicais – em uma estrutura sem caráter federativo – que, ao mesmo tempo que preservem o trato das questões particulares da categoria, refletidas em seus planos de luta, viabilizem

uma articulação mais ampla do MD com as demais categorias de trabalhadores, ocupando a nós todos com as questões de interesse público da sociedade, numa linha política unitária de intervenção. Sob tais referências, a indagaçãoposta sobre o futuro do MD deixa de ser mero exercício de futurologia para adquirir significado de questão organizativa de natureza profundamente política.

Nosso futuro enquanto MD está ligado ao papel que pretendemos cumprir e aos limites da ação que julgamos necessário desenvolver para atingir esses objetivos. Talvez seja esta a questão de fundo a ser respondida. Um bom princípio para construção de um futuro desejável seria o de responder sim ou não às características e aos princípios do Sindicato que até agora vínhamos empenhados em construir. Se a resposta for positiva, então cabe uma segunda indagação: num futuro presente, conseguiremos avançar em tal direção? Aqui, também, não se trata de um exercício volitivo simplesmente. Mais uma vez estará sendo posta à prova nossa capacidade política. O desafio histórico se refaz. É bom lembrar que esta forma de organização do MD se forjou na luta, no enfrentamento às dificuldades. É possível afirmar que delas decorreram a necessidade e a capacidade que desenvolvemos, e o fizemos mesmo diante de uma ditadura militar. Evidentemente que os tempos são outros, mas a essência e a origem das questões que são postas hoje despertam as mesmas motivações: o compromisso de defesa de uma Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente referenciada. O desafio maior, portanto, persiste readjetivado.

Assim, a única coisa que não podemos fazer, sob pena de abdicar de tal tarefa política, é fragilizar nossa organização sindical, espaço ao abrigo do qual atua o MD. Discutir-nos é, pois, a ação. Não há o que justifique não fazê-lo, sempre e agora.

UNIVERSIDADE



Gilmar Fraga

MEC apostava na indefinição

Professores de Primeiro e Segundo Graus das Ifes sofrem com o fosso salarial que os separam de seus colegas do Ensino Superior. Comissão tem 120 dias para apresentar uma proposta

Reina grande expectativa no movimento docente. Pressionados por uma contagem regressiva de 120 dias, os professores de Primeiro e Segundo Graus vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior não sabem o que será de sua carreira. Fendo este prazo, negociado no final da greve deste ano, uma comissão formada por membros de todas as partes interessadas apresentará um novo plano de carreira para os docentes que ganham menos que seus colegas do Terceiro Grau. O que sairá da cartola do ministro Paulo Renato Souza, ninguém sabe.

Do ponto de vista da justiça, os professores de Primeiro e Segundo Graus foram praticamente esquecidos nesta greve: participantes de toda a mobilização saíram dos 104 dias de paralisação sem perspectiva de reajuste isonômico. Depois de alguma pressão, conseguiram que o ministro assinasse um acordo comprometendo-se a criar um sistema de bolsas que compensaria a falta de algo similar à Gratificação de Estímulo à Docência (GED), concedida aos demais professores das universidades federais. Mesmo assim, os aposentados não receberão nada e os ativos ainda não viram a cor do dinheiro de julho e agosto - a promessa é que tudo seria acertado no final do mês passado.

A falta de um reajuste emergencial criou um grande fosso entre os docentes de Primeiro e Segundo e os de Terceiro Graus. Por enquanto, a tabela oficial do sistema de bolsas não foi divulgada. Quem teve acesso a ela, extra-oficialmente, garante que a diferença entre os níveis mais altos pode chegar a 100%. "O MEC desconhece existir ensino de Primeiro e Segundo Graus dentro das universidades federais", condena o professor do Colégio de Aplicação da Ufrgs e 2º Tesoureiro da Adufrgs, João Vicente Silva Souza.

No dia 26 de agosto, o MEC recebeu em audiência representantes da entidades que congregam os professores de Primeiro e Segundo Graus. Em um acordo verbal, o diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, José Luiz Valente, assegurou que a bolsa (retroativa a 1º de julho) será paga durante os quatro meses em que durarem os trabalhos da Comissão de Carreira de Primeiro e Segundo Graus em âmbito federal. Só receberão abono os professores da ativa afastados por licença-maternidade ou doença e pós-graduandos que não estiverem recebendo nenhum tipo de bolsa. Se os trabalhos da comissão tiverem de ser estendidos, o pagamento da bolsa também extrapolará o prazo de 120 dias. Segundo o vice-diretor da Regional Norte do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Fernando Neves, valerá a tabela que já havia sido divulgada extra-oficialmente na home-

page da entidade.

Se fosse só a falta de reajuste, os professores talvez andassem mais calmos. Pelo compromisso firmado com o relator da GED, deputado federal José Jorge (PFL-PE), Paulo Renato Souza assegurou que as bolsas seriam provisórias. Em 120 dias, ele encaminharia ao movimento e ao Congresso Nacional uma proposta de redefinição da carreira. "O que nos preocupa é a urgência com que o governo pode tratar esta questão", observa Souza.

Para se defenderem do que está por vir, os professores de Primeiro e Segundo Graus ainda precisam se unir. Conforme a estrutura das escolas de Ensino Médio ligadas às Ifes, existem duas entidades representando a categoria. O Sindicato Nacional dos Servidores de Educação e Tecnologia da Educação de Primeiro, Segundo e Terceiro Graus (Sinasefe) congrega os docentes vinculados às escolas técnicas federais, agrotécnicas não ligadas às universidades, Colégio Pedro II e Cefet-Bahia. Os colégios de Aplicação e demais instituições são representadas pela Andes-SN.

Enquanto o segundo grupo prega uma proposta de unificação (carreira única) com os professores de Terceiro Grau, a partir da graduação, o movimento docente do Sinasefe tem dúvidas sobre qual a melhor alternativa para reivindicar uma reestruturação de carreira. Segundo uma das representantes do Grupo de Trabalho Carreira do Sinasefe, Tânia Guerra, o plano do MEC é dividir a carreira nas Ifes entre docentes de Terceiro Grau, Ensino Médio e Ensino Médio Tecnológico. Atualmente, a carreira dos docentes universitários é vinculada à titulação. O Sinasefe possui muitos casos de professores que só possuem a graduação e outros, os de 1º a 4º série do Colégio Pedro II, que só concluíram o Magistério. "Parte da tabela vinculada à carreira é difícil de montar", diz.

A Andes, que também representa os professores de Terceiro Grau, quer uma carreira única para reunir todos os professores. "Precisamos fechar uma proposta igual, porque o MEC quer separar ainda mais este pessoal", alerta o 3º vice-presidente da Andes, Jaime Mendonça. "Se não optarmos pela carreira única, corremos o risco de termos uma carreira em extinção", condiciona o 2º Tesoureiro da Adufrgs. "Eles podem nos matar por asfixia", acredita.

Pela visão da Andes, a redefinição da carreira dos professores de Primeiro e Segundo Graus passa pelo redimensionamento do papel dos docentes dentro das universidades e por um plano de capacitação que os habilite a atender ensino, pesquisa e extensão. "Não deve haver diferenciação de papéis", prega João Vicente Silva Souza.

Avaliação rigorosa da Capes aprova apenas 34% da Pós

Rumo à excelência, somente as Universidades Públicas boas de nota parecem ter apreciado a avaliação mais rigorosa dos cursos de pós-graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e divulgada pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) na metade do mês de agosto. Dos 1.293 programas avaliados, 94 (7,3%) receberam notas 1 e 2 (deficiente e fraco), em uma escala que vai até 5 para o mestrado e 7 para os programas com mestrado e doutorado. Ao mesmo tempo, 34% atingiram os conceitos muito bom (5) e excelente (6 e 7). Somente 23 (1,78%) programas tiraram a nota máxima. No ranking geral, as 16 universidades avaliadas com maior proporção de notas 5, 6 e 7 são públicas (entre federais e estaduais).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) ficou em segundo na lista da Capes, perdendo o primeiro lugar para a Universidade Federal de Minas Gerais, que alcançou as três melhores notas em 29,41% das pós-graduações. Dos 59 programas de pós-graduação (em 37 cursos de doutorado e 58 de mestrado) da Ufrgs, um teve nota 7, sete ficaram com nota 6 e 20 receberam um 5. Em compensação, dez tiveram nota 3 e 21 ficaram com 4.

Notícia ruim

A notícia ruim da Capes ficou para aquelas instituições que tiveram um desempenho entre as notas 1 e 2. O ministro Paulo Renato Souza anunciou que a partir do ano que vem o aluno que se matricular em um desses 94 programas não terá seu diploma reconhecido nacionalmente e não receberá bolsa da Capes para financiar seus estudos. A situação só muda se o curso melhorar sua nota na próxima avaliação, marcada para daqui há três anos. Do total, 215 cursos recorreram. Dentre as universidades federais, Piauí, Juiz de Fora (MG) e Pelotas (RS) tiveram nota 1 em programas diferentes e prometeram entrar com pedidos de reavaliação.

O que preocupa, nestes casos de notas baixas, é que o maior número de cursos se concentra em Ciências da Saúde, incluindo Medicina. Do total avaliado nesta área, seis programas obtiveram nota 1 e 28 tiraram 2. Na Ufrgs, sete programas ligados à Saúde tiraram 4 e três tiraram 3. "Temos áreas que são mais acadêmicas e as que são mais profissionais como saúde, engenharias e ciências sociais aplicadas. São áreas que misturam muito a vida acadêmica com a profissional e isso acaba refletindo-se na pós-graduação", afirmou o ministro na entrevista coletiva de divulgação da avaliação.

As maiores notas da Ufrgs

Curso	Nota
Física	7
Ciências Agrárias	6
Ciências Biológicas	6
Economia	6
Educação	6
Engenharia Metalúrgica	6

Fonte: Capes/MEC

SUPERMERCADO DO SABER

James Görgen

Consumo. Este é o foco da crítica dos acadêmicos que se opõem à idéia do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do MEC. "Sem a preocupação de formar o cidadão, essa tendência profissionalizante quer transformá-lo em consumidor", resume o 3º vice-presidente Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Jaime Mendonça. Mesmo não representando a visão oficial da Andes, o professor responsável pelas questões de educação dentro da entidade entende que a criação de cursos desregulamentados é uma maneira indireta de se implementar o ensino pago, o que é ruim para as universidades públicas e uma bela fonte de lucro para os estabelecimentos privados. "Elas vão passar a criar cursos por atacado", completa Mendonça.

Com um déficit de seis mil docentes e demanda por vagas em alguns cursos, as instituições federais de ensino superior (Ifes) serão as mais prejudicadas na opinião do vice-presidente da entidade. "Se, por falta de investimentos, as Ifes não conseguem atender a esta demanda, como vamos inserir os alunos dos cursos seqüenciais?", questiona Mendonça, ao lembrar que a proposta colocará alunos com nível médio convivendo na mesma sala de aula com colegas da graduação. "Eles não querem formar um profissional mas uma espécie de autodidata curioso", ironiza o dirigente. A receita que entrará dos cursos também não é um grande alento, uma vez que várias experiências mostraram que apenas o pagamento das aulas não financia a universidade pública, que precisa de recursos volumosos para desenvolver pesquisa.

A idéia de hoje foi inspirada no projeto de LDB do educador e então senador pedetista Darcy Ribeiro. Em 1996, ele remeteu à Unesco, em Paris, um documento com sua proposta

de "Universidade Aberta do Brasil". O texto já fazia referência aos cursos de seqüência "em qualquer ramo do saber (...) mediante aprovação em seis disciplinas intrarelacionadas. Por exemplo: Direito do Trabalho, Sindicismo, Arte e Educação, Gestão Empresarial, Tecnologia Parlamentar, Multimídia, etc.". (trecho presente no parecer do CNE).

Resistente, a Andes agarra-se ao fato de que a LDB aprovada quebrau a antiga definição de áreas de conhecimento, que agrupavam disciplinas em torno das ciências fundamentais, para segmentá-las por campos de saber, dando margem à criação de todo o tipo de combinações. "Sem uma definição, poderão ser criadas as disciplinas mais estranhas", questiona Jaime Mendonça.

O MEC não vê nada de anormal nesta abordagem. "A idéia está totalmente ligada aos dias de hoje, onde existe uma demanda pela profissionalização com especialização em várias áreas", defende o assessor do Departamento de Política de Ensino Superior do MEC, Rubens de Oliveira Martins. Para a Andes, esta atribuição já vem sendo bem realizada pelos cursos de extensão e especialização das universidades. "Estes cursos já correspondem à demanda de se transferir tecnologia nova rapidamente para a sociedade", enxerga Mendonça.

Só que não existe mais tempo para discutir. Neste mês, o ministro Paulo Renato Souza deverá receber em mãos a revisão final do parecer 670, aprovado pelo CNE em 6 de novembro de 1997. Um dos relatores da proposta, conselheiro Jacques Velloso, adianta que a primeira versão não foi aceita pelo MEC porque estava um pouco complicada. "As orientações que queremos passar só não estavam sistematizadas em conjunto", justifica Velloso.

A novidade principal do novo texto de 11 páginas é a referência a uma portaria que conterá um elenco de informações que os cursos terão de

Está na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A educação superior no Brasil incluirá "cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino" (art.44, inciso I). Em síntese: o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) está implementando nacionalmente cursos de nível superior, com duração de um semestre a dois anos, destinados aos estudantes que concluíram o Segundo Grau e desejam ter uma rápida passagem pela universidade. Ex-alunos da graduação também poderão voltar às salas de aula para aprofundarem seus conhecimentos por campos de saber. E mais nada. As demais regras ficam a cargo das instituições. Sem nenhum tipo de regulamentação, os cursos seqüenciais são a nova polêmica universitária embalada para consumo.

Cursos por atacado



O BÉ-A-BÁ DA NOVA ALTERNATIVA

- ✓ Cursos de nível superior, embora não identificados com a graduação ou a pós-graduação;
- ✓ Exigem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio;
- ✓ Podem ser de destinação individual (baseada nas vagas de cursos regulares da graduação) ou coletiva (oferecida pelas instituições com a criação de disciplinas específicas);
- ✓ São organizados por campos de saber e não por áreas do conhecimento (a primeira definição está contida na segunda);
- ✓ Dão direito a um certificado e não a um diploma ou à habilitação profissional;
- ✓ Alunos que completaram um curso seqüencial podem pedir aproveitamento dos créditos ao ingressarem regularmente em um curso de graduação.

UCS faz experiência com baixo custo

Berenice da Silva/Acos/UCS

Pioneira na implantação dos cursos seqüenciais, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) está colhendo bons resultados com a experiência. Em março deste ano, o Conselho Universitário aprovou a abertura de 49 cursos seqüenciais. Sem investir na criação de novas disciplinas, a UCS usou a estrutura da graduação para oferecer 500 vagas, que renderam mais de 200 matrículas.

As aulas foram distribuídas entre os campi de Caxias, Região dos Vinhedos (Bento Gonçalves), Vacaria e no núcleo universitário de Canela. "Tivemos uma resposta muito interessante da comunidade", avalia Alberto Mandelli, da Coordenadoria de Programação e Registro da Pró-Reitoria de Graduação da UCS.

O segredo do sucesso parece estar na falta de exigências para o ingresso do candidato. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o interessado em um curso seqüencial só precisa ter concluído o Segundo Grau. Depois disso, o futuro aluno da UCS tem de protocolar seu pedido de inscrição em um período determinado e pagar uma taxa de 20 reais. O resultado da seleção sai três dias após o final das inscrições. O escolhido se mantém no curso, se fizer de cinco a dez disciplinas no prazo mínimo de dois semestres e no máximo de três (um ano e meio).

Falta de perspectiva leva à formação rápida



A polêmica sobre a eficácia da formação proporcionada pelos cursos de nível superior com curta duração não tirou o sono da UCS. As coisas são bem claras. Na página eletrônica da universidade caxiense e num folder distribuídos aos interessados, o texto esclarece que os cursos seqüenciais oferecem uma nova possibilidade de "ampliar, atualizar e aprofundar conhecimentos, bem como de desenvolver ou aprimorar competências técnico-profissionais, tudo isso devidamente certificado".

"Por enquanto, eles não dão atribuição profissional nenhuma", lembra o coordenador. Assim que entram em sala de aula, os alunos também contam com a realidade do mercado.

Por uma relação custo-benefício (a abertura de novas turmas é um investimento alto), a UCS aproveita as aulas de disciplinas da graduação para incluir os cursos seqüenciais. Só para citar um exemplo: quem deseja cursar

güencial.

O outro elo da corrente está na constatação de que os poucos alunos que concluem o Segundo Grau e ainda não querem passar perto de um curso de graduação, não pretendem perder muito tempo de suas vidas em outra sala de aula. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) revelou ao Inep que pouco mais de 30% dos concluintes do Segundo Grau pretendem ingressar no ensino superior.

A maioria enxerga o Ensino Médio como um passaporte para o mercado de trabalho. Segurar essa bola de neve aumentando a oferta de vagas no Ensino Superior é uma das metas do Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. E o projeto do governo é ambicioso. O objetivo é atender 30% da população na faixa etária considerada ideal para

cursar uma universidade (18 a 24 anos) até 2008. Este índice, que hoje é de 11%, coloca o Brasil dentro da média internacional, que oscila entre 30% e 40% da população nesta idade.

A maioria enxerga o Ensino Médio como um passaporte para o mercado de trabalho. Segurar essa bola de neve aumentando a oferta de vagas no Ensino Superior é uma das metas do Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. E o projeto do governo é ambicioso. O objetivo é atender 30% da população na faixa etária considerada ideal para

POLÍTICA

O novo contrato social de Clinton e Blair

O presidente norte-americano, Bill Clinton, e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, pretendem realizar, em setembro, uma conferência especial para defender o "afastamento das ideologias tradicionais" e o estabelecimento de um novo pacto de ação política. A conferência deve explorar a "terceira via", que vem sendo promovida pelos dois líderes como uma alternativa aos debates sobre políticas de direita e de esquerda. Entre outros possíveis participantes, estão o premiê italiano Romano Prodi e o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

O evento deve acontecer em Nova York e a data de realização, próxima das eleições alemãs, significa que nem Helmut Kohl, o chanceler alemão, nem Gerhard Schröder, o líder social-democrata que notoriamente se espelha no modelo de Clinton e de Blair, devem tomar parte da reunião. Também permanece incerta a participação do primeiro-ministro socialista francês, Lionel Jospin.

O evento segue-se a várias reuniões entre altas autoridades americanas e britânicas. Ocorridos ao longo do ano passado, esses encontros pretendem alcançar uma abordagem que dependa mais de parcerias entre governo e setor privado – em lugar do Estado apenas – para elaborar soluções para as questões sociais.

Em artigo na *Folha de São Paulo*, o sociólogo e professor da USP, Emir Sader, critica a "terceira via" proposta pelos líderes dos EUA e da Inglaterra. "O que têm em comum políticos como Bill Clinton, Tony Blair e FHC além do poder de que gozam?", indaga Sader. "Primeiro, todos provêm do que se pode chamar genericamente de social-democracia (incluindo a acepção norte-americana de 'liberal' e o populismo latino-americano), ligada, de alguma forma, à Internacional Socialista. Em resumo, são políticos de centro-esquerda, de forças que se opunham aos partidos conservadores", responde em seguida o sociólogo.

O dilema dos intelectuais

O jornal *Gazeta Mercantil* levantou, mais uma vez, a eterna polêmica sobre o papel dos intelectuais frente ao cenário político brasileiro. "Há pouco, os intelectuais formavam um grupo barulhento e sempre presente na cena política nacional. Hoje, com um sociólogo no poder – concorrendo à reeleição na República – parecem ter emudecido", enfatiza o jornal. O fenômeno é observado em todos os quadrantes do espectro ideológico, desde os marxistas empedernidos até os liberais mais convictos.

A *Gazeta* aprofunda o tema ao colher a opinião de vários intelectuais do país, dando matizes diferenciadas ao assunto. "Vivemos os tempos da tirania do consenso", afirma Paulo Rabello de Castro, do Instituto Atlântico, inspirador do programa econômico do Partido da Frente Liberal (PFL). Para Rabello, "Quando não falta caviar à mesa e combustível para o BMW, é difícil produzir alguma idéia crítica".

José Luís Fiori, professor de Economia Política da Ufrj, crítico mordaz do governo do PSDB e do pensamento neoliberal, considera que vivemos a era do "pensamento único", citando expressão do jornal *Le Monde Diplomatique*. Para Fiori, "os intelectuais não emudeceram, apenas deixaram de exercer o pensamento crítico". Já o economista Celso Furtado é provocador quanto à função do intelectual na sociedade moderna. "Se não tenho mais responsabilidades, vou para casa ler Eça de Queiroz", diz.

As regras das eleições de 98

Na Câmara, 88,5% disputam a reeleição. No Senado, haverá renovação de um terço das vagas

Muito se discutiu sobre mudanças na representação dos estados na Câmara federal mas, pelo menos até as próximas eleições, tudo permanecerá inalterado. Um eleitor de Roraima, estado mais representado, valerá por 15,8 eleitores de São Paulo, que tem a menor representação. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu as vagas por Estado com base na população de 1997. "A redefinição do número de vagas proporcional ao eleitorado, a fim de evitar desigualdade no peso do voto, como ocorreu na última eleição, quando Roraima necessitou de 10.406 votos para eleger um deputado, enquanto São Paulo precisou de 183.719 votos, é fundamental para assegurar a legitimidade da eleição proporcional", analisa o advogado Ulisses Riedel, ex-presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Mas um dos pontos positivos da lei eleitoral que dita as regras do pleito deste ano é a exclusão do voto em branco para a definição do quociente eleitoral. O dispositivo afasta uma distorção que aproximava da fraude a eleição pelo sistema proporcional. "Para se ter uma idéia, na eleição de 1994, o índice de abstenção para a Câmara Federal, em relação ao eleitorado total, foi de 17,7% e, dos que compareceram às urnas, 41,4% votaram em branco ou anularam seus votos, reduzindo a eleição proporcional a menos da metade do eleitorado nacional", exemplifica Riedel.

Segundo o *Dicionário Parlamentar e Político* do jornalista e escritor Said Farhat, na última eleição parlamentar, dos 94,7 milhões de eleitores, apenas 45,9 milhões sufragaram candidatos ou partidos. Do universo de eleitores habilitados, 16,8 milhões não compareceram às urnas, 12,6 milhões votaram em branco e 19,4 milhões anularam seus votos. Na eleição de 94 para a Câmara Federal, segundo Farhat, pelo menos 137 candidatos não eleitos tiveram votação superior a cerca de 150 deputados eleitos, numa evidente distorção do sistema. E um terço das vagas foi distribuído pelo sistema de sobras, confirmado a injustiça para com os candidatos bem votados dos partidos que não alcançaram quociente. "A contagem do voto em branco no quociente eleitoral contribuiu para aumentar artificialmente os grandes partidos", afirma Riedel. Pelos cálculos do cientista político David Fleischer, considerando o número de votos obtidos por cada partido na eleição de 94, o PFL teve 24 vagas a mais do que lhe caberia, enquanto o PT, por exemplo, teve 15 deputados a menos. "Não foi à toa que o PFL decidiu pedir ao Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade do artigo da lei eleitoral que exclui os votos brancos do quociente eleitoral".

O que diz a lei

Financiamento – O sistema de financiamento será como o de 94, com recursos do fundo partidário (R\$ 42 milhões) e doações de pessoas físicas, até 10% do faturamento bruto declarado no Imposto de Renda, e jurídicas, até 2% da receita bruta de 97. Caem os limites de gastos por partido e de doações de 300 mil Ufirs. Os próprios partidos fixarão o teto. Os governistas derrubaram os limites de gastos – o teto estabelecido na lei para a campanha para a Presidência da República era de R\$ 15 milhões, menos da metade do que FHC gastou em 94 – e o financiamento público

de campanhas e, assim, evitaram mudanças nas regras já que Fernando Henrique Cardoso será o maior beneficiado pelas doações de empresas privadas. Sem acesso às verbas públicas, a oposição terá dificuldades para cobrir seus gastos.

Tempo na TV – 1/3 do tempo será distribuído igualitariamente aos partidos que tinham representação na Câmara dos Deputados no início desta legislatura, em fevereiro de 95. Os 2/3 restantes serão destinados de acordo com o tamanho das bancadas naquela data. O PMDB tem o maior tempo, seguido pelo PFL, PPB e PSDB.

Programas gratuitos – Serão duas horas e dez minutos diariamente no rádio e na TV, sendo 50 minutos à tarde e outros 50 à noite. Durante o dia, 30 minutos são distribuídos ao longo da programação em inserções curtas de 30 a 60 segundos. Esse tempo é dividido igualmente entre os candidatos majoritários e proporcionais. As emissoras terão direito a resarcimento fiscal pela cessão do horário eleitoral e não haverá horário eleitoral nos canais de TV paga.

Imagens – Liberada a utilização de cenas de comícios, manifestações, filas de hospital, favelas, entre outras, nos programas de propaganda eleitoral gratuita. Nas inserções curtas, fora do horário eleitoral, ficam proibidas as imagens externas.

Campanha – A propaganda eleitoral no rádio e na TV dura 45 dias, terminando três dias antes das eleições. A oposição pretendia elevar a duração da propaganda para 60 dias, como em outras eleições. A campanha nas ruas dura 90 dias.

Votos em branco – Não serão mais considerados no cálculo do coeficiente eleitoral dos partidos nas eleições proporcionais. Os pequenos partidos saem ganhando.

Pesquisas – Liberada em qualquer modalidade de propaganda eleitoral. Caiu a proibição de que os institutos de pesquisas sejam contratados simultaneamente por TV, rádio ou jornal, e de que prestem serviços simultâneos para partidos ou candidatos.

Inauguração de obras – Nos três meses antes das eleições, os candidatos ficam proibidos de participar da inauguração de obras públicas.

Cadeia de rádio e TV – O presidente da República e governadores precisam de autorização da Justiça Eleitoral para a convocação de rede nacional e o assunto deve ser urgente e relevante.

Coligações – Pode ocorrer de forma diferenciada para eleições majoritárias – presidente, governador e senador – e proporcionais – deputados federais, estaduais e distritais.

Transporte – Somente o presidente da República poderá usar carros e avião oficiais em campanha, desde que os partidos que sustentem a sua candidatura paguem pelo uso. Seguranças e pessoal de apoio estão excluídos deste pagamento.

Publicidade – Governantes não poderão gastar com publicidade, em ano eleitoral, mais do que em 97 ou do que a média dos três anos anteriores a 98.

Internet – Não haverá controle sobre propaganda eleitoral nesse meio.

Mulheres – 25% das vagas são reservadas para candidatas do sexo feminino. A partir das eleições do ano 2000, o percentual passa para 30%.

Marcus Figueiredo / Cientista político

A midiotia nossa de cada dia

Gilmar Fraga

Para a maioria, o poder da mídia atinge o status de um ente todo-poderoso, onipotente e onipresente, a vigiar e guiar nossas condutas, como o fazia o *Big Brother*, de George Orwell. Para muitos, sejam pessoas comuns, cronistas do cotidiano e até mesmo pesquisadores, a mídia, pela sedução e pela doutrinação, teria o poder de moldar nossos valores, construir nossas consciências e, portanto, formar nossas opiniões e nos fazer agir até mesmo contra a nossa vontade.

Quando as eleições acontecem, a ela é creditada a vitória do ganhador. Há vários exemplos que mostram do que os meios de comunicação são capazes de fazer para influenciar o curso da política e das eleições. Entretanto, existem outros tantos exemplos onde políticos "crucificados" pela imprensa sobrevivem e ganham eleições. Dentre estes, podemos citar Paulo Maluf e Leonel Brizola.

Estamos na fase da "democracia de audiência", como a denomina Bernard Manim, em contraposição às fases anteriores da democracia representativa clássica, nas quais as instituições-chave na formação da opinião política eram os Parlamentos e os partidos políticos. No estágio atual dos governos representativos, os meios de comunicação e as pesquisas de opinião passaram a ter papel central na condução da política e na orientação dos cidadãos.

Hoje em dia, os veículos de comunicação tornaram-se o principal instrumento de prestação de contas dos políticos e dos governos. Os canais tradicionais de mediação entre a sociedade e o governo, tais como os partidos e redes de entidades sociais representativas, perderam espaço para a imprensa. Atualmente, em todas as democracias contemporâneas, a sobrevivência de líderes sociais e políticos ficaram, em certa medida, dependentes de suas capacidades de tornarem suas mensagens e apelos políticos atrativos na linguagem de jornais e televisões.

As programações das redes de televisão comercial são elaboradas em função da competição pela audiência. No telejornalismo, o espaço e o enquadramento de uma notícia sobre a política são semelhantes aos de uma notícia sobre o encalhe de uma baleia numa praia: narrado com uma imagem de apoio e os comentários de um popular, de um especialista, tudo enquadrado, preferencialmente, em 60 segundos.

Embora os jornais e as televisões sejam um canal central no processo político, a análise da sua influência deve ser feita com cautela sob pena de sermos atraídos pela teoria conspiratória do *Big Brother*.

Apesar do seu forte apelo, a teoria conspiratória sobre a influência dos meios de comunicação está longe de ser verdadeira. Há vários anos, estudos sistemáticos sobre a influência da mídia têm demonstrado que este efeito é bem mais limitado do que imaginamos e muito mais complexo do que supomos: as mensagens emitidas são seletivamente processadas pelas pessoas e confrontadas com outras fontes. Ou seja: o poder da imprensa na formação da opinião é mediado e, com isso, deixa de ser absoluto.

Sendo a influência filtrada pela seletividade na re-



cepção e pelo confronto com outras fontes, o poder depende de dois fatores importantes: a credibilidade das diversas fontes de informação perante a sociedade e o grau de competição entre as fontes no mercado. Quanto maior a credibilidade da fonte, maior a sua influência, pois a credibilidade orienta positivamente a seletividade na aquisição da informação e diminui a ansiedade na busca de outras fontes.

No mercado de informação política, dois blocos de atores são importantes. De um lado está o sistema de comunicação, composto pelos jornais, rádios e redes de televisão e, do outro, estão os atores políticos. Esses dois blocos competem pela audiência para as suas mensagens. Esta grande credibilidade, maior do que a de seus competidores no mercado de informação política, tem duas consequências. Primeira, os políticos ficam mais dependentes da mídia; segunda, isto amplia os graus de liberdade dos controladores da imprensa e amplia, ainda, a sua liberdade de ação sustentando o seu senso de guardiões da verdade.

A disparidade entre a credibilidade desses dois blocos de atores advém da percepção do público sobre as atividades e a inserção social desses atores. Jornalistas são geralmente percebidos como independentes da política e sinceros, portanto, confiáveis. Políticos, ao contrário, uma vez que lutam pelo poder, são motivados por interesses, o que os tornam não-confiáveis aos olhos da sociedade.

Cada um de nós, independentemente de nosso nível educacional recebe as mesmas informações emitidas pelos meios aos quais temos acesso. Este acesso não é universal, é desigual e diretamente dependente da posição de classe que ocupamos. Dados os níveis de audiências dos telejornais e das rádios populares e a densidade de televisores e rádios por residência, po-

demos dizer que as únicas informações que são universalmente recebidas são aquelas emitidas por esses dois meios de comunicação. Contrapõem-se a estes meios aqueles formados por nossas conversas com parentes, amigos e colegas, que não podem ser considerados como universais. Neste processo, cada indivíduo dialoga com as fontes a que tem acesso, ponderando as mensagens recebidas pela credibilidade desfrutada pela fonte emissora.

O grau de competição no mercado de informação é determinado por dois mecanismos que o regem: a regulação da concessão pública que dita quem serão os controladores (e proprietários) dos meios de comunicação e as regras de acesso aos meios de comunicação. Uma vez definido o controlador, fica definido quem controla a programação e a difusão da notícia e também a opinião sobre os acontecimentos.

Proprietários, controladores, editoriais, articulistas, secretários e diretores de redação, fazedores das manchetes e, eventualmente, repórteres, transpassam a linha que os define como atores públicos e se tornam atores políticos quando enquadram notícias, eventos e outros personagens, segundo algum valor político.

Os meios de comunicação tornam-se atores políticos quando seus controladores e editores definem que linha ou orientação política básica deve ser apoiada ou rechaçada. Os controladores dos meios de comunicação agem politicamente quando eles dão mais espaço para atores e menos para outros; quando eles enquadram como positiva ou negativa certas linhas específicas de cobertura do processo político.

Como atores, editores e jornalistas participam do processo político da mesma maneira que os demais candidatos. E, quando as eleições chegam, eles fazem suas escolhas. Vemos, assim, que a influência exercida pela imprensa junto à opinião pública depende em regras de concessão dos meios de comunicação. As regras que regulam o acesso aos meios de comunicação talvez sejam tão ou mais importantes do que as regras de concessão. Elas definem o direito de uso do meio por todos os demais atores que não seus controladores e profissionais da mídia. O poder de influência de rádios, jornais e TVs começa e termina nas regras de acesso ao mercado de informação.

Para os empresários, controladores e profissionais da mídia, o acesso é livre, o negócio deles é informar e emitir opinião. A todos os demais atores, tais como governos, partidos, entidades de representação social, sindicatos, etc., o acesso é regulado pela lei, pelo mercado publicitário e, ainda, pelos próprios controladores e profissionais da notícia, pois a estes cabe o livre arbítrio de decidir o que noticiar, quem aparecer e sob qual enquadramento. O público, alvo dessa guerra de retóricas, fica com a árdua tarefa de filtrar e ponderar as informações e delas, em confronto com a sua história, formar uma opinião sobre a política.

Artigo publicado na revista Insight-Inteligência
Endereço eletrônico: www.informe.com.br

Paulo Lucas da Silva e Joyce O. Seixas Ribeiro

Sonho de brasileiro

Tenho certeza de que muitas outras pessoas sentem o que sinto quando chega o primeiro domingo de inverno. Mal sopra o vento frio, a pele encolhe e o pensamento acomoda-se nos favos das reminiscências. Viajo. Quando estava nos primeiros anos do Curso Médio, tinha o hábito de me reunir com colegas de outros cursos a fim de percorrer os labirintos do passado mais remoto para matar a saudade. Lembrava que aos domingos havia sempre algo diferente no lugarejo da minha infância. Os colonos da picadas vinham para assistir à missa. Aproveitavam as viagens para os escambos, proporcionando vida às poucas casas de chaminés fumegantes. Às vezes, trocavam-se orações pela caçada. Guiar os cachorros para o rastro de pacas, cutias, veados na montanha; ouvir os estampidos das espingardas dos adultos, lá na travessia do riacho. Essas aventuras não satisfaziam toda a curiosidade que habitava minha cabeça e fugia, dando cancha às idéias. Imagina então o que faria de bom quando fosse Doutor ou Presidente da República. Com essas viagens, amenizava as rotinas do colégio: as calças curtas, a garrafinha d'água para limpar o giz da lousa, os tamancos de madeira que quebravam cristais na terra gelada, as palmatórias.

Numa dessas manhãs de domingo, entre um mate e outro com colegas da universidade da pensão familiar, descobri que eles também gostavam de viajar no passado. Os que vinham das cidades do interior lembravam os seriados nas matinês de domingo, as partidas de futebol, as serenatas, as namoradas, os bailes nos clubes sociais com orquestra típica de tangos e milongas. Os colegas, filhos da campanha, falavam de carreiras, domas, tosa, castração, marcação e fandangos. Mas um desejo tínhamos em comum: todos sonhávamos em ser alguém. A Pátria nos chamava.

Desde o primeiro encontro com os estudos, estivesse a escola na colônia, na cidade ou na campanha, ali aprendíamos que havia uma Pátria, havia heróis que construíram a Nação e a tornaram independente, uma bandeira e um Hino, um futuro para todos.

Sonhar ser grande era a ordem que estimulava a mente da juventude. Não se tratava de projeto individual, visava o engrandecimento do País.

Por isso, naqueles domingos de manhã frias, depois de aquecermos nossas almas com as lembranças, passávamos em revista nossos propósitos. O que faríamos quando fossemos doutores, prefeitos, deputados, governadores e presidente? Nada escapava ao nosso imaginário. Aspirações surgiam do tamanho da Pátria. Tudo estava por fazer: luz elétrica sem rationamento, telefone de cidade para cidade, petróleo, estradas que escoassem as colheitas, trens precisos no tempo, médicos e hospitais. Escolas com bons professores e Universidades pensando, pulsando. E de onde brotavam essas visões para quem vinha de tão pouco? Hoje sei, chegavam com o vento e se alimentavam das palavras dos nossos mestres. Nada ficou na fantasia. Os que tiveram a responsabilidade de enxergar, decidir, instituíram, então, Escolas e Universidades Públicas, para que os brasileiros pudessem realizar seus sonhos.

Agora, neste primeiro domingo frio, na comemoração do Centenário da Faculdade de Medicina, as idéias não conseguem voar com o vigor e o entusiasmo do passado. A realidade vivida dentro dela, nesses quarenta anos, determinou limites aos sonhos e os amigos ficaram distantes. E quando vejo que as Universidades Públicas estão sendo descartadas pela Pátria, que já despreza a inteligência de seus filhos, temo que o sonho se torne cada vez mais privilégio de poucos. Não mais direito dos brasileiros.

*Texto de Waldomiro Carlos Manfroi,
professor na Medicina/Ufrgs*



Coleção Pirelli/Masp

Propaganda: sempre é tempo

É possível que desde o invento da televisão e desde a criação da propaganda nunca se tenha vivido tanto a força da expressão: a propaganda é a alma do negócio. E aqui o importante não é o negócio, mas a própria propaganda.

As empresas trabalham com exímia criatividade, produzindo dizeres e imagens para promover desde indústrias de analgésicos até indústrias automobilísticas e pessoas. É possível que atores e locutores de propagandas nem consumam o que promovem. A relação é "profissional". No fundo o que vale quase como regra geral é combater o concorrente, arrebanhar consumidores e faturar alto. Os efeitos são decorrentes do sensacionalismo, buscado cada vez mais ao extremo. Sensualismo, nudismo, violência, prazer, personalidades, luxo, sucesso, ilusão e exageros são alguns destes motivos explorados. Os telespectadores, no caso da televisão, são importantes apenas para aderirem ao produto consumindo-o, mesmo que o produto seja ruim e o que se diga dele seja enganação oportunística.

Segue a propaganda como fabuloso instrumento nas mãos de quem a produz e sabe o que quer dela a partir de quem a encomendou. Tão fabuloso instrumento era de se supor sua utilização para outros fins que não a simples promoção de consumo de produtos... passamos para a era da promoção de consumo de pessoas, quase nunca a promoção de pessoas da melhor espécie, o que é pior.

A tônica é promover políticos e seus (des)feitos, usando o princípio sórdido "o que é bom a gente fatura, o que é ruim nem vem à baila". E o governo federal não deixa por menos. No início do ano, em reunião ministerial para discutir estratégias contra o desemprego nacional, uma das medidas cinicamente apontada era fazer mais propaganda sobre as obras do governo federal (e assim o desemprego estaria resolvido!); recentemente, o mesmo governo federal lançou propaganda em jornais, rádios e televisão nacional, falando do aumento salarial que concederia aos professores universitários em greve, passando para a opinião pública a clara idéia de que os grevistas eram intransigentes e o governo benevolente. Não falava porém: 1. Que há mais de um ano os professores protocolaram reivindicações no MEC para negociar e o governo não quis; 2. Que há 40 dias a greve havia sido deflagrada e o governo, por pura arrogância e in-

competência, não negocia nem sentou com os grevistas; 3. Que nem 50% dos professores estariam contemplados pelo pseudo-aumento salarial; 4. Que há quase quatro anos os professores universitários, entre outros servidores públicos, estavam sem reajuste.

A propaganda é um instrumento tão fabuloso que existe já na arrelia da legalidade, quando já não muito além do limite da lei. Seu poder é mais letal do que qualquer lavagem cerebral, por trabalhar com mentes acordadas, embora desprovidas.

Em recente viagem ao oeste paraense, apesar de toda a propaganda e do gasto de dinheiro público, o presidente brasileiro voltou a Brasília frustrado. Para efeitos de campanha, como pseudo-homem do povo, queria andar no meio do povo, apertar mãos, o velho teatro. Não conseguiu. Não tinha gente suficiente na multidão, um público muito aquém do esperado. Em Altamira, por exemplo, onde há aproximadamente 76 mil habitantes, se esperava 50 mil pessoas. Não havia 10 mil, que foram mais por causa de um show sertanejo do que por qualquer outra coisa. Apesar disso, a mídia periférica, ávida de botas para lamber, noticiou mentirosamente haver 50 mil pessoas ali... Decididamente, algo saiu pela culatra. Um repórter, sem formação alguma, noticiou que havia de 15 a 50 mil pessoas... Este é um dado bem amplo!

Neste caso, por incompetência, a propaganda não funcionou, o dinheiro público gasto, se já era errado, foi efetivamente em vão e a viagem de tantos candidatos e puxa-sacos, inútil. A não ser para ver como governos federal, estadual e municipal são mal vistos pelo povo paraense. Ainda assim, a pós-propaganda insiste em mentir sobre números, efeitos e importância do ato.

A propaganda tem um poder de sugestão muito forte e o poder de esconder a verdade igual.

A sorte dos governos e puxa-sacos aqui citados é que a justiça eleitoral deste estado é diferente da de Minas Gerais e a do Distrito Federal, onde campanha fora de época é crime eleitoral. No Pará, a campanha está em franco andamento. O jeito é contratar quem não está contratado e começar a campanha da oposição. Talvez aí apareça uma tese que confirme que o que assistimos na televisão é propaganda eleitoral fora do prazo legal e o que vimos em Altamira foi um comício, mal feito, é verdade, mas foi um comício... E o que é pior: com dinheiro público!



Roberto de Azevedo e Souza / Doutor pela Universidade Pantheon-Sorbonne

A cidadania

Para que um mero indivíduo venha a ser, verdadeiramente, um cidadão, não basta cumprir sua obrigação de votar. É preciso mais do que isso, é necessário que ele usufrua de uma série de direitos, tais como os relativos à saúde, educação, emprego, alimentação, habitação, saneamento básico, transporte bem como o de participar nas decisões que lhes dizem respeito. O gozo desse conjunto de direitos é que constitui a Cidadania.

Foram conquistados ao longo da História e se originaram basicamente da Revolução Francesa de 1789, com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, e evoluíram com a *Carta de São Francisco*, de 10 de dezembro de 1948, na célebre *Declaração Universal dos Direitos do Homem* que, neste ano, portanto, registra o seu cincuentenário. Contudo, um fato novo ocorre nesse momento, assinalando uma nova etapa nessa evolução. Trata-se da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que foi lida, pela vez primeira, pela filósofa e feminista italiana Gabriela Bonacchi, no seminário *Democracia Radical e a Questão dos Direitos*, no Instituto de Filosofia da Universidade de Campinas, a partir do dia 24 p.p. Essa declaração será proclamada, oficialmente, em outubro próximo, em Roma. Ela "reforma e emenda o texto de 1948 no sentido de incorporar a ele o ponto de vista das mulheres e de atualizar – para além do simples 'politicamente correto' – muitos dos princípios expressos na carta da ONU"¹. Todavia, ainda hoje em dia, muitos desconhecem os seus direitos, mesmo em termos nacionais, pois embora eles constem expressamente da Constituição, como é o caso da par-



Coleção Pirelli / Masp

Guaíba, Porto Alegre, Triunfo e Viamão, municípios que constituem a área de atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Delta do Jacuí, no dia 25 do mês de julho, foi chamada a se manifestar sobre investimentos do Governo do Estado no valor de até R\$ 18.700.000,00, que constarão do Orçamento para 1999. Contudo, conforme a lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, os prazos ali estipulados foram insuficientes para a ampla divulgação e o devido debate, para que os cidadãos votassem, com propriedade, as suas prioridades.

Além dessa maneira de participar, há diversas outras, pelas quais o cidadão pode se pronunciar tais como em Associações de Pais e Mestres de escolas, nas Universidades, em associações de moradores, em sindicatos, em Conselhos Municipais,

participação, que é integrante do seu artigo primeiro.

Ela abre o caminho para a Democracia Participativa, em complementação à Democracia Representativa e que viabiliza o pleno exercício da Cidadania e, assim, possibilita de se tentar mudar a atual situação de dominação das oligarquias com a participação direta do povo, como já tivemos ocasião de nos referir em artigos anteriores. Contudo, uma das grandes dificuldades dessa participação se refere à necessidade de uma prévia e completa informação sobre aquilo que se vai decidir, para que haja um amplo debate, no qual a coletividade tome conhecimento das diversas alternativas possíveis de serem priorizadas. Portanto, é muito importante estar atento a essa condição.

Isso foi verificado recentemente, para citar um caso concreto, quando a população de Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí,

país, Estaduais, Federais, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs), em Movimentos sociais, etc., etc.

Todavia, um modo de participar ativamente é o de escrever em jornais convencionais, universitários, ou de bairro, expressando suas idéias, reclamando direitos, apresentando sugestões, etc. Assim, neste nosso pronunciamento, priorizamos abordar a participação cidadã como um dos elementos básicos dos direitos acima citados, pois através dela é possível reivindicar ou defender os demais.

1. Marcos Nobre – *Folha de São Paulo*, 23/08/98, Caderno Mais, p. 9

E-mail: rasouza@orion.ufrgs.br

O RELHA

Breve História do Tempo Ilustrada

Stephen Hawking. Didática nos conceitos mais herméticos, a obra inclui as pesquisas atuais do autor e algumas descobertas recentes que confirmam previsões teóricas feitas no primeiro livro. Editora Albert Einstein, 248 pp.



Einstein - A Ciência da Vida

Denis Brian. Einstein tem sua vida esmiuçada neste livro, que só foi possível porque o autor teve acesso ao espólio do cientista, mantido em segredo desde sua morte e só liberado pela Justiça em 1987. Editora Ática, 576 pp.

Oportunidades em Tempos de Globalização

Paulo Trevisani Jr. Organizada em tópicos, apresenta alternativas de investimentos para quem tem um capital médio ou pequeno. Editora Nobel, 112 pp.

WWW

Censo do MEC

www.mec.gov.br
Estatísticas de instituições de ensino superior

Bug do Milênio

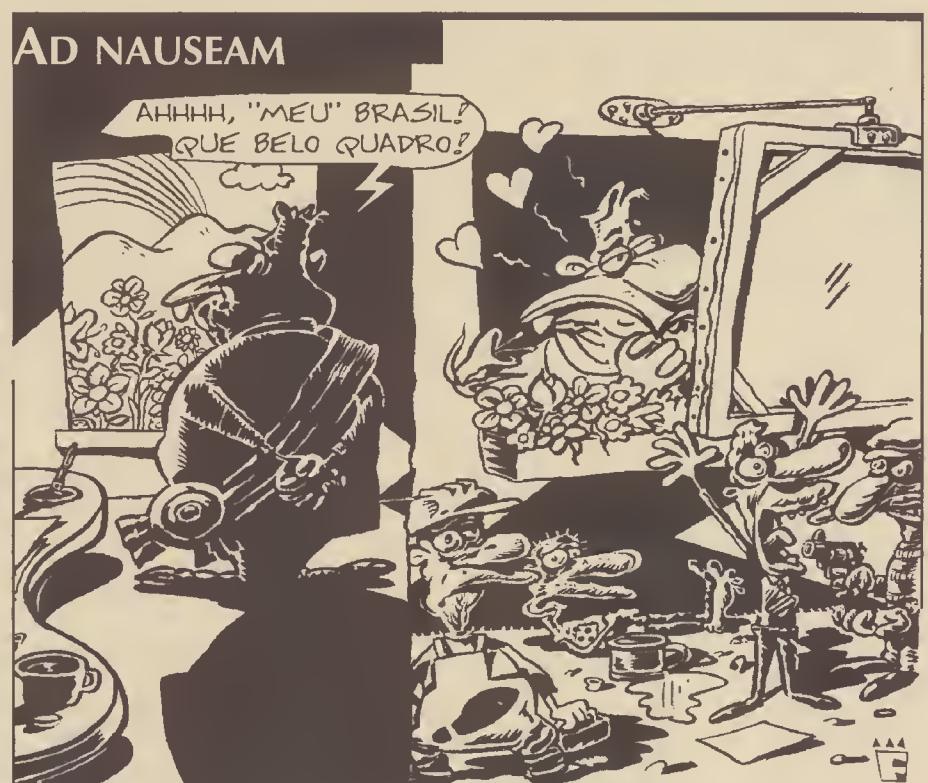
www.year2000.com
Tudo para evitar o bug

HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

AD NAUSEAM



A pastora que prega no deserto

Num rio de piranhas, países como o Brasil não deveriam nem molhar o pé. Esta metáfora da atual realidade financeira mundial resume bem o pensamento da matemática e economista portuguesa Maria da Conceição Tavares. Vidente da decadência dos mandamentos que nortearam o neoliberalismo na década de 90, a professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro defende a saída do "cassino" em que se transformaram as economias emergentes em tempos de globalização. Maria da Conceição Tavares chegou ao Brasil em 1957. De lá para cá, esta "pobre humanista de tradição iluminista" deu aula para a maioria dos homens que ditam as regras da economia. Do alto de sua experiência e fluência verbal, ela destila dados e mais dados que substanciam seus sermões analíticos e fundamentam seu projeto alternativo para o Brasil escapar do inferno liberal.

Em sua visceral opinião, a equipe econômica sabe muito bem o que faz, a Ásia não está sob controle de ninguém, a coisa fica perigosa quando afeta o Japão, o Brasil não está em situação de ser candidato à inserção global, a humanidade está testemunhando o fim da Pax americana e ela está no time dos que preferem não dizer "abençoada crise". A resistência que ela apregoa aos gritos, com sua voz afônica, evitaria três catástrofes promovidas por este governo: a desconstrução da indústria e da agricultura nacionais, o desmonte do Estado e dos serviços públicos e o enterro da pouca democracia conquistada na década passada.

Na penúltima sexta-feira do mês do azar, dia em que as bolsas de valores do mundo inteiro afundaram – em um coreografia assinada pela Rússia –, Conceição Tavares estava particularmente triste e indócil. Mesmo assim, participou do seminário *Brasil Hoje*, realizado na Faculdade de Direito. Pedindo desculpas pela agressividade e devorando cinco cigarros em duas horas de evento, a endiabrada pastora do PT pregou à comunidade da Ufrgs.

Adverso – O eixo central de seus trabalhos mais recentes concentra-se na resistência à entrada do capital especulativo, que investe em um país para lucrar com os juros. Como um país, isoladamente, pode resistir a toda esta uniformidade do mercado financeiro?

Conceição – Uniformidade, não. A Índia não está neste mercado, uma porção de regiões no mundo não está neste mercado e eles estão bem. Quem está mal são os que estão nesse mercado. Não é todo o mundo que está neste mercado de piranhas.

Adverso – A senhora prega que o Brasil abandone esse mercado?

Conceição – Mas é claro. Prego uma saída deste mercado de piranhas. Porque nós já pagamos a eles US\$ 150 bilhões. Teremos de impor condições de que o que entrou vai embora. Isso não é modelo nenhum, é um modelo de desajuste e desestruturação. Venho pregando a não entrada do Brasil, para começo de conversa. Eu prego desde o início que não se entre



Conceição: num mercado de piranhas, o Brasil deve resistir e apostar na poupança interna

nesse jogo. Isso é jogo de cachorro grande.

Adverso – *Mas no momento em que se está nesse jogo...*

Conceição – Se está no jogo, se fecha. Você está num temporal, num barco pequeno e abriu as escotilhas, porque pensava que o sol estava raiando, que a globalização é uma maravilha, que estava tudo bem. Aí entrou uma porção de insetos voadores, de piranhas, de parasitas. Agora você tranca, põe DDT e fecha as escotilhas porque o que está vindo agora é onda. Isso vai afundar.

Adverso – *Qual é o DDT?*

Conceição – O DDT é que você simplesmente não está disposto a pagar essas taxas de juros. Ponto. Não sobe mais a taxa de juros. Não adianta nada. Nós subimos para 45% em outubro, fizemos uma pacote fiscal de R\$ 20 bilhões, torramos os R\$ 20 bilhões em juros e não chegou. Isso não é solução nenhuma.

Adverso – *Mas no momento em que houver um fechamento...*

Conceição – Não estou falando em fechamento total. Estou falando em fechar os mercados financeiros a piranhas. Isso que está acontecendo aqui começou com o Fernando Collor, em 1992, e foi ultrapassado de qualquer limite pelo doutor Fernando Henrique. O governo Fernando Henrique está mandando os empresários e os bancos tomar dinheiro lá fora para faturar aqui dentro 10, 11% em dólar e ir embora para os paraísos fiscais. Isto não é modelo de nada, é piranhagem. Dá vontade de perguntar se o presidente é sócio.

Adverso – *A senhora está falando desse modelo...*

Conceição – Isso não é modelo. É um desmodelo. Você tem de tirar e arrumar um modelo de desenvolvimento que conte, basicamente, com a criação da poupança interna. Hoje, o governo está mandando aplicar o capital dos fundos de pensão das estatais e o dinheiro dos trabalhadores que está no BNDES para segurar a bolsa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isso é modelo? Então eu pego US\$ 100 bilhões de fundos das estatais, pego US\$ 19 bilhões por ano do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pego o FGTS e aplico tudo na piranhagem? Isso é um cassino. Como é que eu pego o dinheiro dos trabalhadores e jogo num cassino? É o que estão fazendo. Agora, as pessoas estão totalmente inconscientes. Todo mundo quer ganhar dinheiro, enquanto quem ganha, realmente, são os ricos. O povo não tem nada a ver com isso, porque o povo não está no cassino. O povo *male male* sobrevive e está desempregado. O resultado disso qual é? Não pode aumentar as importações. Então, se não pode faz uma recessão, como fez agora, já fez duas vezes, nesse governo. Aí, toma desemprego pela

cara. Ninguém vive assim. Isso é um modelo de piranhas, de parasitas. Você não pode deixar que os parasitas continuem fazendo isso. O que entrou nos últimos meses significou aumento na taxa de investimentos? Não significou nada. A taxa de investimentos continua baixinha. O que entrou foi para comprar patrimônio baratinho e levar o lucro no ano seguinte. Por exemplo: com a venda da Light, entrou US\$ 2 bilhões. No ano seguinte, mandou-se os US\$ 2 bilhões embora. Com a venda da Telebrás, torrou-se um patrimônio de US\$ 100 bilhões pelo controle, que custou US\$ 23 bilhões. Sabe quanto vai entrar, porque ainda não entrou, de dinheiro externo? Seis bilhões.

Adverso – *O que torna o Brasil tão atrrente para este tipo de investidores?*

Conceição – O estímulo, porque tiraram o imposto sobre os lucros, que era de 17%. O doutor Kandir (*Antônio Kandir, ex-ministro do Planejamento do governo FHC*) aprontou, entre várias, mais essa. Se você não tem tributação sobre a mesa de lucros, se tem liberdade de saída e entrada, quanto quiser, se está tudo no *overnight*, girando 60 bilhões todo dia em dólar, fora os cento e tantos que estão girando em real todo dia na ciranda, isso é modelo? Isso não é poupança, é capital especulativo. Se, pelo menos, houvesse superávit fiscal, que não se arrecadou! Quando o Fernando Henrique entrou, ele tinha 23% de carga fiscal. Hoje, ele tem 33%. Ele subiu os impostos em 10% do PIB para torrar em juros.

Adverso – *Em período de campanha eleitoral, o governo terá como maquiar evidências como estas e a do próprio aumento na taxa de desemprego?*

Conceição – O desemprego dobrou e o déficit era zerinho da Silva no governo Collor, porque ali se fez um arrocho fiscal enorme. O professor Fernando Henrique subiu em 10 pontos do PIB a carga tributária sobre a classe média e o povo. Apesar disso, tem 7% de déficit público, que são apenas juros de uma dívida interna que ele recebeu do outro presidente, de R\$ 60 bilhões e está em trezentos e tantos. A dívida externa privada, que ele recebeu em US\$ 26 bilhões, está em US\$ 134 bilhões. Isso foi o que ele fez. Agora, parece que as pessoas são cegas. Isso são dados do Banco Central, todo mundo tem direito e obrigação de se informar. E tem mais: hoje tem uma crise mundial outra vez. É o quinto "choque" desde maio do ano passado, e desde maio do ano passado o presidente do Banco Central declara que a crise de lá não nos afeta. Como não nos afeta? Subimos os juros para 45%, torramos bilhões e bilhões...

Adverso – *É um jogo de cena?*

Conceição – É um jogo de cena um tanto hipócrita e se supõe que a imprensa deveria ter minimamente vergonha na cara e dizer os dados.